

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adilson Girardi - Alex Brasil - Altair Silva - Antídio Lunelli - Camilo Martins - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO ADILSON GIRARDI (Orador) - Discorreu sobre a instalação de uma escola de ensino médio no bairro Morro do Meio, em Joinville, considerada urgente, pois o bairro, com mais de 15 mil moradores, possui apenas uma escola de ensino fundamental. Destacou que a falta de uma unidade próxima obriga os jovens a percorrerem longas distâncias, desestimulando os estudos e aumentando a evasão escolar.

Demonstrou que a criação de uma escola de ensino médio beneficiaria não apenas os moradores

do bairro, mas também as áreas rurais vizinhas, ampliando oportunidades, reduzindo desigualdades regionais e promovendo o desenvolvimento social e econômico. Além disso, permitiria implementar projetos educacionais mais amplos, valorizando a formação integral dos estudantes e incentivando seu engajamento em atividades acadêmicas, culturais e esportivas, sendo um investimento de longo prazo capaz de transformar vidas e fortalecer a comunidade.

Registrou que a comunidade desempenha um papel importante ao apelar às autoridades, buscando sensibilizar o Governo sobre a demanda local. Enfatizou que, aos políticos, cabe a responsabilidade de agir como a voz da população, defendendo a causa, cobrando recursos e garantindo que o projeto seja efetivamente implementado, atendendo às necessidades dos jovens e fortalecendo a educação na região. *[Taquiografia: Milyane]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Comentou que resume a justiça brasileira em três imagens. Apresentou fotos de uma apreensão de drogas realizada pela Polícia Militar a um casal de influenciadores em Balneário Camboriú, parabenizando a guarnição que realizou a abordagem. E, na última imagem, apresentou a reportagem que o mesmo casal já teria sido solto, e os policiais estariam sendo investigados por suposta agressão. Mostrou-se indignado com o ocorrido, destacando que, mesmo com a apreensão de quase R\$ 25 milhões em drogas, o investigado foi solto na audiência de custódia. Leu os fatos da decisão judicial onde mencionava a ausência de jurisprudência e a ocupação lícita do investigado como justificativas para a soltura.

Para exemplificar sua crítica, o parlamentar comparou o caso com o de Débora, que foi condenada a 14 anos de detenção por pichar um monumento em Brasília com batom, enquanto o influenciador, pego com mais de 200 quilos de drogas, foi solto em uma audiência de custódia. Classificou os acontecimentos como absurdos judiciais,

argumentando que o judiciário tem tratado criminosos como vítimas da sociedade, resultando em situações, onde os infratores saem das delegacias antes dos policiais que os prenderam.
[Taquiografia: Guilherme]

DEPUTADO JUNIOR CARDOSO (Orador) - Enalteceu, inicialmente, autoridades e convidados presentes, além de registrar homenagem pessoal ao seu sogro, destacando sua importância familiar. Em seguida, acrescentou que o motivo central de sua fala foi a indignação diante de uma decisão monocrática do Ministro Flávio Dino, a qual classificou como despótica e criminosa. Comentou que tal ato teria provocado caos no mercado financeiro e exemplificou afirmando que somente o Banco do Brasil teria perdido milhões de reais.

Adiantou que, em sua visão, a medida comprometeu a soberania nacional e refutou a legitimidade do ministro, a quem descreveu como responsável pela destruição do Maranhão e agora como ameaça ao país. Enfatizou que a decisão feriu a segurança jurídica, o que, segundo ele, ocasionou fuga de investidores e agravamento do desemprego.

Complementou lembrando que apresentou projeto de lei sobre remoção compulsória, argumentando que o Estado priorizaria criminosos em detrimento da população. Inferiu que haveria protagonismo articulado entre ministros do Supremo para dividir funções e ampliar poder, o que, em sua avaliação, levaria o Brasil ao descontrole institucional.

Citou ainda críticas ao Senado Federal, ponderando que apenas essa Casa teria condições de limitar abusos da Suprema Corte, mas, segundo ele, não estaria cumprindo seu papel. Reiterou que o orçamento elevado do Judiciário contrastava com a crise nacional e acrescentou críticas ao Deputado Hugo Motta, a quem acusou de imaturidade política.

Por fim, advertiu que a nação não poderia mais tolerar corrupção e impunidade, frisou que a Câmara deveria se posicionar em defesa da Constituição e concluiu conclamando aos

parlamentares a agirem com urgência.
[Taquiografia: Mirela]

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Enalteceu o exercício de sua atividade parlamentar e acrescentou que também se dedicava a questões político-ideológicas, utilizando a tribuna para refutar narrativas que, em sua visão, buscavam construir uma terceira via no cenário nacional. Citou imagens e declarações recentes de militares e parlamentares, classificando algumas manifestações como *hollywoodianas* e, ao mesmo tempo, enfatizou que determinados atores políticos e comunicadores teriam contribuído mais para o país em ações recentes.

Reiterou que o Senado e o Supremo Tribunal Federal não estariam cumprindo de forma satisfatória suas atribuições institucionais, o que, segundo avaliou, explicaria iniciativas internacionais em busca de respaldo político.

Lembrou, ainda, do caso de um vereador policial que teve o porte de armas suspenso, e explicou que decisões baseadas em recortes de redes sociais comprometeriam o direito à ampla defesa. Discorreu sobre a existência de inimigos enfrentados por policiais no exercício da profissão, exemplificando situações de criminalidade. Complementou que a suspensão do porte de armas configuraria fragilidade institucional e adiantou que a medida poderia trazer riscos à segurança pessoal do agente envolvido.

Por fim, advertiu para os perigos de ultrapassar limites do que é aceitável e legal, e reiterou a necessidade de proteger aqueles que atuam em defesa da sociedade. [Taquiografia: Mirela]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Comentou sobre a comemoração dos 30 anos do Pronaf, criado em 1995 como uma linha de crédito e posteriormente transformado em programa de Estado no ano de 1996, fruto do reconhecimento de que a agricultura familiar é responsável por colocar

comida na mesa dos brasileiros e por manter vivas as tradições do campo. Relembrou o início e o crescimento do programa, destacando que, já na safra de 2000/2001, havia o registro de 893 mil contratos.

Ressaltou que, no ano de 2006, durante o Governo do Presidente Lula, o Pronaf atingiu seu marco histórico de dois milhões de contratos, resultado da valorização do agricultor familiar e da decisão de um governo que se preocupava com o povo do campo, criando linhas específicas para as mulheres, para a juventude e para e comunidades tradicionais. Acrescentou que, graças às políticas implementadas, milhares de produtores puderam investir em tecnologia, melhorando a qualidade da produção, lembrando que, em todo o país, a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Destacou, ainda, que o Pronaf se consolidou como política pública permanente e que, nos anos de 2023 e 2024, o programa firmou 1,68 milhão de contratos, com um volume de R\$ 59,6 bilhões contratados. Informou também que, no Plano Safra 2024/2025, o governo garantiu R\$ 76 bilhões para o Pronaf, dentro de um total recorde de R\$ 85,7 bilhões destinados à agricultura familiar e camponesa. Ressaltou que, em Santa Catarina, cerca de 78% dos estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultura familiar, que fortalece o Estado.

Parabenizou todos os agricultores, o Pronaf e o Presidente Lula pelo trabalho realizado por intermédio do programa, considerado um instrumento estratégico de desenvolvimento institucional, que tem auxiliado inúmeras famílias a permanecerem na agricultura familiar. *[Taquiografia: Jênifer]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Destacou a importância da audiência pública realizada na manhã desta data, que tratou das ações voltadas ao

tratamento do câncer em Santa Catarina. Ressaltou que o encontro foi extremamente representativo, permitindo o debate de uma série de medidas para a melhoria no atendimento dos pacientes oncológicos, como a questão da fila da mamografia e a luta pela incorporação desse exame a partir dos 40 anos. Comentou, ainda, sobre a necessidade de incorporar novas tecnologias, como o teste genético. Informou que já apresentou indicação nesse sentido e que, após ouvir especialistas, entre eles uma médica do Cepon, foi informado de que, se houvesse ao menos cinco desses testes por mês, já seria possível resolver parte significativa da demanda, salvando vidas. Enfatizou que esse debate precisa avançar.

O orador ressaltou que, em Santa Catarina, é preciso colocar todos os meios disponíveis à disposição do tratamento do câncer, lembrando que são cerca de 20 mil novos casos registrados anualmente no Estado. Mencionou a existência de leis que estabelecem prazos de até 30 dias, quando há suspeita de câncer, para a realização dos exames, e de até 60 dias para o início do tratamento. Reconheceu que esses prazos nem sempre são cumpridos integralmente, mas reforçou a necessidade de avançar e de buscar sempre os melhores mecanismos de atendimento aos pacientes, em uma luta que deve ser conduzida nos três níveis: municipal, estadual e federal.

Na sequência, comentou sobre as pesquisas divulgadas pelo Governo federal, observando que, sempre que tais levantamentos são publicados, surgem reações muitas vezes carregadas de críticas raivosas. Reconheceu que há pontos que precisam melhorar e decisões que devem ser questionadas, mas destacou que, ao analisar o PIB brasileiro, constata-se que é um dos que mais crescem no mundo. Acrescentou que a taxa de desemprego nunca esteve tão baixa, conforme os dados divulgados e que a economia, mesmo enfrentando ataques, imposições tarifárias e pressões políticas, tem conseguido manter o equilíbrio. Exemplificou com as negociações salariais, nas quais todas as categorias tiveram ganhos reais.

Relatou que esteve com um representante da Federação das Indústrias, o qual informou que aproximadamente 96% dos acordos coletivos garantiram reajustes acima do INPC, o que representa ganhos importantes. Ressaltou também os avanços para os aposentados que recebem um salário-mínimo, lembrando que houve ganho real após três anos sem reajuste.

Pontuou que existem, sim, pontos que precisam de melhorias, mas frisou que a economia brasileira segue em ritmo consistente, com questões pontuais a serem resolvidas, especialmente no campo das negociações tarifárias. Salientou, entretanto, que novos mercados têm se aberto ao Brasil e que o pessimismo excessivo pode estar relacionado às últimas pesquisas, que indicam recuperação da imagem do Governo federal perante a população. Finalizou mencionando fatores positivos, como a diminuição do custo dos alimentos, o aumento da massa salarial, o pleno emprego e a redução do valor do dólar. *[Taquiografia: Jênifer]*

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Elogiou o Governador Jorginho Mello, expressando seu orgulho ao constatar o excelente desempenho de sua gestão e os inúmeros elogios recebidos do povo catarinense, que avalia o governo de forma carinhosa e respeitosa. Destacou que o governador está atento a todas as necessidades dos catarinenses, ao futuro do Estado, às exportações e aos aeroportos. Também enumerou algumas ações do Governo estadual em áreas essenciais, tais como saúde, infraestrutura e gestão financeira e tributária. Considerou a gestão "extraordinária" e afirmou que não há motivo para oposição enfatizando "que ninguém seria louco o suficiente para contestar este Governo". *[Taquiografia: Meibel]*

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0473/2025, de autoria do Deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação Amigos do Futsal, com sede no município de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0511/2023, 0312/2024, 0547/2024, 0104/2025, 0181/2025, 0260/2025 e 0328/2025.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0353/2024, de autoria do Deputado Volnei Weber, que altera o Anexo Único da Lei n.º 18.531, de 5 de dezembro de 2022, que "Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado", para o fim de instituir o Dia Estadual em Memória ao Combate da Serra da Garganta, ocorrido no Município de Anitápolis.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0139/2025, de autoria do Deputado Altair Silva, que declara de utilidade pública o Instituto Collaço Paulo - ICP, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0186/2025, de autoria do Deputado Marcius Machado, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Basquete de Lages (Apabla) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0240/2025, de autoria do Deputado Matheus Cadorin, solicitando à Secretária de Estado da Educação, informações acerca da situação de documentação escolar de instituições de ensino desativadas no Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0310/2025, de autoria do Deputado Altair Silva, manifestando ao Ministro da Agricultura e Pecuária, apelo pela ampliação do teto da DAP de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão, garantindo acesso justo ao PRONAF e criação de linhas de crédito adaptadas às necessidades dos agricultores familiares.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0311/2025, de autoria do Deputado Sargento Lima, manifestando aos Policiais Militares Subtenente Alberto Antônio Schweitzer, 1º Sargento Rubiam Valdir de Andrade, 3º Sargento Volnei José de Faria, 3º Sargento Kleyton Jeony Brogliatto Schenkel, 3º Sargento Rafael Luis Cardenuto Neto, 3º Sargento Alcemir Sonalio, Cabo Claizon Jeremias Cardoso, Cabo Daniel Sousa Locke e Cabo João Pedro Bon Herdy, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0312/2025, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, manifestando ao Diretor-geral do DNIT, apelo pela construção de uma travessia segura e instalação de proteção no acostamento da Rodovia BR-470, na altura do quilômetro sessenta.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimentos de números: 3108/2025 a 3121/2025, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando ao Diretor-Presidente da ANATEL e aos Diretores da TIM, Vivo e Claro, informações acerca dos cronogramas para instalação de antenas de telefonia móvel e internet para atender as comunidades urbanas e rurais de diversos Municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h10, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]